



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **CORONEL CHRISÓSTOMO**



REQUERIMENTO Nº _____ DE 2025

(do Sr. Coronel Chrisóstomo)

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os sindicatos envolvidos na fraude do INSS, com cobranças de mensalidades de aposentados e pensionistas, que pode chegar a R\$ 6,3 bilhões.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 58, §3º, da Constituição Federal c/c artigos 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta por 27 membros titulares e igual número de suplentes, para investigar, no prazo de até 120 dias, a gestão, a execução e os sindicatos envolvidos na fraude do INSS, com cobranças de mensalidades de aposentados e pensionistas, que pode chegar a R\$ 6,3 bilhões segundo informações da imprensa, analisando a atuação dos sindicatos na fraude e com as gestões destes estavam envolvidas, apurando as possíveis irregularidades e quantos aposentados e pensionistas foram atingidos.

Câmara dos Deputados, Anexo III, Gab. 672, Brasília/DF, CEP 70.160.900
Fone: (61) 3215-5672 e-mail:dep.coronelchrisostomo@camara.leg.br

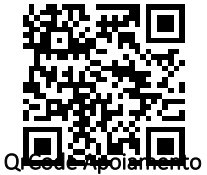


Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252108094800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Coronel Chrisóstomo e outros





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **CORONEL CHRISÓSTOMO**



JUSTIFICATIVA

A criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) intitulada "CPI da Fraude no INSS" é imprescindível diante das graves denúncias de irregularidades envolvendo o Sindnapi/FS (Sindicato Nacional dos Aposentados) e outras entidades sindicais, conforme revelado pela matéria publicada em 23/04/2025¹.

A operação da Polícia Federal, batizada de Sem Desconto, expôs um esquema de desvio de contribuições sindicais não autorizadas, com falsificação de assinaturas e outros crimes, que pode ter movimentado ilegalmente cerca de R\$ 6,3 bilhões, envolvendo pelo menos 11 sindicatos.

Somente o Sindnapi, que tem como vice-presidente José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu R\$ 77,1 milhões em contribuições em 2024, sendo alvo de suspensão administrativa pela Controladoria Geral da União (CGU) e de investigações criminais.

A gravidade das acusações exige uma investigação parlamentar aprofundada para esclarecer a extensão das fraudes, identificar os responsáveis e avaliar o impacto sobre aposentados e pensionistas, que tiveram seus benefícios descontados indevidamente.

A CPI deve apurar o modus operandi dessas práticas, incluindo a falsificação de documentos e a ausência de consentimento dos beneficiários, além de investigar possíveis conexões políticas que possam ter facilitado ou encoberto tais ilícitos.

A proximidade de lideranças sindicais com figuras de alto escalão do governo, como no caso do Sindnapi, reforça a necessidade de transparência e imparcialidade na apuração. Embora o Sindnapi tenha divulgado nota afirmando apoiar as investigações e defender os direitos dos aposentados, a confiança no sistema previdenciário e nas instituições sindicais está abalada.

A CPI será fundamental para garantir que as denúncias sejam investigadas de forma rigorosa, que os culpados sejam punidos e que medidas sejam implementadas para prevenir novos

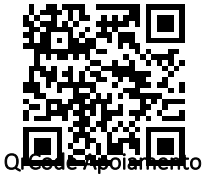
¹ <https://noticias.r7.com/prisma/natalia-martins/sindicato-de-irmao-do-presidente-lula-e-alvo-da-pf-por-fraudes-no-inss-23042025/>

Câmara dos Deputados, Anexo III, Gab. 672, Brasília/DF, CEP 70.160.900
Fone: (61) 3215-5672 e-mail: dep.coronelchrisostomo@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **CORONEL CHRISÓSTOMO**



desvios. Proteger os direitos dos aposentados, que dependem desses recursos para sua subsistência, é uma questão de justiça social e responsabilidade pública. Assim, a instalação da CPI é uma resposta necessária para restabelecer a credibilidade das instituições e assegurar a dignidade dos beneficiários do INSS.

Por esses motivos, justifica-se o presente requerimento de informações. Dessa forma, o presente requerimento busca obter informações detalhadas e concretas, essenciais para assegurar e garantir a efetividade da política pública e uso de recursos públicos sem viés político.

Assim, requer o deferimento.

Sala das Sessões, de de 2025.

Deputado Federal CORONEL CHRISÓSTOMO

PL/RO

